


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0005690-05.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**  
 Documento de **IP, BO - 039/2016 - DISE - Delegacia de Investigações**  
 Origem: **Sobre Entorpecentes de São Carlos, 65/2016 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **ALCIR DE OLIVEIRA**

Réu Preso

Aos 28 de julho de 2016, às 16:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Dr(a). Gustavo Luis de Oliveira Zampronho**. Presente o réu ALCIR DE OLIVEIRA, acompanhado de defensor, o Drº **Glaudecir Jose Passador - 66186/SP**. A foi o réu interrogado e ouvidas duas testemunhas de acusação. **Pelas defesa foi dito** que desistia da inquirição das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao Drº Promotor:**“MM. Juiz: Embora provada a materialidade, a prova é insuficiente com relação a autoria delitiva. A única coisa que se tem em desfavor do acusado é uma ligação feita aos policiais dizendo que ele também estaria comercializando tóxicos no local dos fatos. As demais provas não indicam sua participação. Para isso, observa-se que o trabalho de campo feito pelos policiais realizou-se em horário de expediente de trabalho, de forma que o réu tem carteira assinada e, muito provavelmente, estava em serviço neste período. Além disso, o tóxico foi encontrado no quarto do menor, que se pode confirmar pelo depoimento do policial Nascimento. Se não bastasse, o réu compareceu espontaneamente na delegacia de polícia sempre que chamado, o que não é uma atitude que se costuma ver naqueles que tem responsabilidade sobre algo ilícito. Por fim, salienta-se que o adolescente confessou que a droga lhe pertencia, deixando aquela ligação que apontava os nomes ainda mais isolada. Nem se diga que a DISE vinha trabalhando no caso e investigando pai e filho, pois, assim que recebeu uma ligação, já providenciou o mandado de busca e apreendeu o entorpecente. Alias, o fato de o menor ter corrido assim que viu os investigadores deixou ainda mais claro que ele sim tinha responsabilidade sobre



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

aquele entorpecente. Desta maneira om base no art.386, VII do CPP requeiro absolvição do réu. **Dada a palavra à DEFESA:**“MM.Juiz, reitero as alegações do ilustre representante do ministério público e adiciono alegações escritas. **MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**“Alcir de Oliveira, qualificado a fls.120, foi denunciado como incurso no artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006, porque no dia 28.04.2016, por volta de 15h00, na Rua Nações Unidas, 282, Cidade Jardim, tinha em depósito e guardava para fins de entrega a consumo de terceiros, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar 300 (trezentas) pedras de crack, embaladas individualmente, pesando aproximadamente 52 g, substancia que determina dependência física e psíquica. Denúncias anônimas falavam que tráfico no local dos fatos. Foi solicitado mandado de busca e apreensão, tendo sido o mesmo deferido, policiais civis em cumprimento aquele apreenderam as pedras de crack acima referidas. Recebida a denúncia (fls. 196), após notificação e defesa preliminar, o réu foi citado. Na audiência de hoje foi interrogado, além da inquirição de duas testemunhas, com desistência das demais. As partes pediram a absolvição por falta de provas. **É o relatório. Decido.** Como bem observado pelo Ministério Público *“Embora provada a materialidade, a prova é insuficiente com relação a autoria delitiva. A única coisa que se tem em desfavor do acusado é uma ligação feita aos policiais dizendo que ele também estaria comercializando tóxicos no local dos fatos. As demais provas não indicam sua participação. Para isso, observa-se que o trabalho de campo feito pelos policiais realizou-se em horário de expediente de trabalho, de forma que o réu tem carteira assinada e, muito provavelmente, estava em serviço neste período. Além disso, o tóxico foi encontrado no quarto do menor, que se pode confirmar pelo depoimento do policial Nascimento. Se não bastasse, o réu compareceu espontaneamente na delegacia de polícia sempre que chamado, o que não é uma atitude que se costuma ver naqueles que tem responsabilidade sobre algo ilícito. Por fim, salienta-se que o adolescente confessou que a droga lhe pertencia, deixando aquela ligação que apontava os nomes ainda mais isolada. Nem se diga que a DISE vinha trabalhando no caso e investigando pai e filho, pois, assim que recebeu uma ligação, já providenciou o mandado de busca e apreendeu o entorpecente. Alias, o fato de o menor ter corrido assim que viu os investigadores deixou ainda mais claro que ele sim tinha responsabilidade sobre aquele entorpecente”*. De fato, não há prova para condenação. As circunstancias do encontro da droga não provam a culpa do réu. Tampouco a denuncia anônima é bastante para isso. Consta, ademais, que o réu era empregado de uma empresa e existe documentação relativa a este vínculo empregatício formal (fls.185/187). A palavra do réu, portanto não é desamparada de fundamento. A duvida motiva a absolvição. Ante o exposto julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** Alcir de Oliveira com fundamento no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. **Expeça-se alvará de soltura clausulado.** Transitada em julgado, ao arquivo. Sem custas. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Camila Laureano Sgobbi, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Promotor:

Advogado:

Réu: